

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.928, DE 2012

“Dispõe sobre o regime de permissão e concessão de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.”

Autor: Sr. HUGO MOTTA

Relator: Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Vem a este órgão colegiado o Projeto de Lei de nº 3.928, de 2012, de autoria do Sr. Hugo Motta, que *“dispõe sobre o regime de permissão e concessão de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal”*.

O PL supracitado propõe a modificação do inciso IV do artigo 23 da Lei nº 8.987, de 1995, no intuito de eliminar do rol das cláusulas essenciais dos contratos de concessões o direito das concessionárias ao reajuste de tarifas e, ainda, propõe a inclusão de §2º, para tornar a inclusão deste direito em cláusulas dos contratos de concessões uma faculdade do poder concedente e não uma obrigação.

Após despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, as propostas vem à Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público para análise do seu mérito trabalhista.

Aberto prazo, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO

Na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme art. 32, XII, “a”, cabe a esta Comissão Permanente a análise de matéria trabalhista, seja urbana, seja rural, no que tange o seu mérito. Sendo assim, passamos ao parecer tratando dos juízos de conveniência e oportunidade da proposição.

Apesar dos nobres propósitos, a proposta não merece o apoio por não ser razoável, para tanto, passo a conceituar pontos interessantes a discussão:

A tarifa é o valor cobrado pelo transporte ferroviário de unidade de carga da estação de origem à estação de destino, podendo a concessionária cobrar, pela prestação do serviço, as tarifas de seu interesse comercial, respeitados os limites máximos das tarifas de referência homologadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O limite mínimo das tarifas não poderá ser inferior aos custos variáveis.

Embora o PL 3.928/2012 trate especificamente do reajuste tarifário, cabe-nos aqui conceituar também a revisão tarifária, para que fiquem claras a distinção e a importância das duas formas de restauração do equilíbrio econômico-financeiro dispostas na Lei nº 8.987/95 e nos contratos de concessões.

As tarifas de referência serão revistas para mais ou para menos, **caso ocorra alteração justificada de mercado e/ou de custos, de caráter permanente, que modifique o equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, por solicitação da concessionária (a qualquer tempo) ou por determinação da concedente (a cada cinco anos).

O reajuste consiste em previsão contratual de que o valor das tarifas será revisto periodicamente, de acordo com a variação de índices econômicos predeterminados, o reajuste implica a alteração das tarifas **exclusivamente para compensar os efeitos das variações inflacionárias**. As variações inflacionárias acarretam uma presunção absoluta de desequilíbrio da equação e as tarifas devem ser modificadas de acordo com a variação dos referidos índices.

Sendo assim, o reajuste objetiva apenas neutralizar os efeitos da inflação através da correção nominal dos valores, ou seja, não implica variação do valor real da tarifa.

Não é juridicamente admissível que se leve uma concessão à licitação pública com tarifas predeterminadas no edital e, **depois de promovida a outorga, delibere-se mudar o valor tarifário, o critério de fixação da tarifa, a forma de reajuste**

e assim por diante. No caso, pretende-se extinguir a possibilidade de reajuste da tarifa.

Em termos similares, é vedado ao Estado introduzir, por decisão unilateral, uma concessão nova e diversa ao longo da outorga anterior. O particular dispôs-se a participar em vista de um certo modelo consagrado formalmente.

Se o Estado pudesse, depois de formalizada a contratação, alterar de modo completo as condições da outorga, estaria aperfeiçoado o confisco da propriedade privada. **Ou seja, o Estado se apropriaria dos valores empregados pelo particular num empreendimento – ignorando que o particular formulou uma proposta fundada na modelagem adotada pelo próprio Estado,** ainda, se tivesse constado dos editais de licitação uma única forma de restabelecimento do valor tarifário estabelecido, as propostas recebidas pelo poder concedente teriam sido diversas, havendo a inevitável redução dos lances apresentados.

Importa frisar também, que o atual cenário econômico do Brasil modificou-se para pior, com retorno da inflação e desvalorização da moeda nacional e diante disso, mais do que nunca será necessário manter a obrigatoriedade de reajuste das tarifas, com a finalidade de restaurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos das associadas da ANTF, sempre que o mesmo venha a ser quebrado em razão da alteração do poder aquisitivo da moeda.

Portanto, com base em todos os fundamentos apresentados acima, como relator nesta Comissão, opino, no mérito, pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 3.928, de 2012.

É como voto.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.

LAÉRCIO OLIVEIRA
Deputado Federal – Solidariedade/SE
Relator